

do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, mantida em vigor por força do disposto no n.º 2 do artigo 88.º da Lei n.º 12-A/2007, de 28 de Dezembro, foi a Assessora Eng.ª Maria Otilia Julião Gomes, pertencendo ao quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, nomeada na categoria de Assessora Principal escalão 1, índice 710, da mesma carreira.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

5 de Setembro de 2008. — A Directora de Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Maria Luísa Araújo Proença*.

#### Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais

##### Despacho (extracto) n.º 23230/2008

Por despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, de 1 de Setembro de 2008, nos termos do estipulado no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e concluído o período probatório exercido em regime de comissão de serviço extraordinária, em conformidade com o n.º 2 do artigo 6.º do mencionado Decreto-Lei, foi Ana Cristina Gil Espanhol Costa, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, nomeada definitivamente na categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400.

O presente despacho produz efeitos desde 02 de Julho de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

5 de Setembro de 2008. — A Directora de Departamento, *Maria Luísa Araújo Proença*.

##### Despacho (extracto) n.º 23231/2008

Efectuado o procedimento previsto nos artigos 41.º e 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e por despachos do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente e da Directora-Geral das Autarquias Locais, respectivamente, de 14 de Julho de 2008 e 25 de Agosto 2008, foi autorizada a transferência da especialista de informática do grau 2, nível 1, escalão 1, índice 600, da carreira de especialista de informática, Paula Sofia Ricardo Casquinha, pertencente ao quadro de pessoal da Direcção-Geral das Autarquias Locais para o quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, com efeitos a 1 de Setembro de 2008, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2008. — A Directora de Departamento, *Maria Luísa Araújo Proença*.

#### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

##### Aviso n.º 23279/2008

1 — Faz-se público que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, pretende recrutar em regime de requisição, nos termos, respectivamente, do artigo 6.º da Lei 53/2006, de 07 de Dezembro, um funcionário com vínculo à Administração Pública central detentor da categoria de motorista de ligeiros, para prestar apoio aos serviços gerais e Vice-Presidência, designadamente para assegurar a condução de viaturas oficiais inerentes às deslocações em serviço.

2 — As condições de trabalho e regalias sociais serão as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

3 — Os eventuais interessados deverão, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso, formalizar a sua candidatura mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, acompanhado de *curriculum vitae*, a ser entregue pessoalmente durante as horas normais de expediente ou remetida pelo correio, para a Rua da Artilharia Um, n.º 33, 1269-145 Lisboa.

No requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa;
- Habilitações literárias e profissionais;
- Situação profissional, com indicação da carreira e categoria detida, serviço e quadro de pessoal a que pertence, bem como, natureza do vínculo;

d) Experiência profissional, com indicação das funções consideradas mais relevantes para o exercício do lugar.

4 — A selecção ficará dependente de avaliação curricular com carácter eliminatório e entrevista profissional a realizar com os candidatos, que serão oportunamente contactados, para o efeito, por via postal ou telefone.

1 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Paula Cristina Cunha*.

#### Instituto da Água, I. P.

##### Aviso n.º 23280/2008

Dr. Orlando Borges, Presidente do Instituto da Água, I.P. em cumprimento do preceituado no n.º 3 do artigo n.º 48 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, faz saber que, entre 22 de Setembro e 31 de Outubro de 2008 e no âmbito da Discussão Pública, ficam patentes para consulta, o Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos e o respectivo Relatório Ambiental, no *site* do Instituto da Água, I.P. — <http://www.inag.pt> — e também nos seguintes locais:

Instituto da Água, I.P.  
Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 30  
1049-066 Lisboa  
Telefone: 218 430 000 — fax 218 430 469  
e-mail: [inforag@inag.pt](mailto:inforag@inag.pt)  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo  
Rua Braamcamp, n.º 7  
1250 — 048 Lisboa  
Telefone: 210 101 300 — fax 210 101 302  
Câmara Municipal de Peniche  
Largo do Município, n.º 2  
2520-239 Peniche  
Telefone: 262 780 100 — fax 262 785 168  
Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia  
Largo de S. Leonardo n.º 7  
2520-029 Atouguia da Baleia  
Telefone: 262 759 142 — fax: 262 759 173

Os interessados deverão apresentar os seus contributos por escrito, sendo os mesmos entregues nos locais supramencionados.

Durante o período da discussão pública terá lugar uma sessão pública de esclarecimento no dia 3 de Outubro de 2008, pelas 20,30 h, na Sociedade Filarmónica União 1.º de Dezembro de 1902 de Atouguia da Baleia, na Rua da Filarmónica, n.º 7, em Atouguia da Baleia.

4 de Setembro de 2008. — O Presidente, *Orlando Borges*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

### Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

##### Despacho n.º 23232/2008

Atento o pedido de declaração de utilidade turística a título definitivo ao empreendimento Conjunto Turístico Pinhal do Concelho / Pine Cliffs Resort, sito no concelho de Albufeira, de que é requerente United Investments (Portugal), Empreendimentos Turísticos, S. A.;

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e o parecer do Turismo de Portugal, I. P., que considera estarem reunidas as condições para a atribuição da utilidade turística a título definitivo ao empreendimento, decido:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, declarar o empreendimento Conjunto Turístico Pinhal do Concelho / Pine Cliffs Resort de utilidade turística a título definitivo.

2 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, fixar a validade da utilidade turística em sete anos contados da data das últimas licenças e autorizações de utilização turística (28 de Agosto de 2007) da última componente do empreendimento a ser autorizada a funcionar (o estabelecimento Apartamentos Turísticos Pine Cliffs Residence), ou seja, até 28 de Agosto de 2014.

3 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 38/94, de 8 de Fevereiro, determinar que a proprietária e exploradora do empreendimento fique isenta das taxas devidas à Ins-